

Territórios de criatividade

RESUMO

Neste artigo refletiremos sobre a dimensão do popular na cultura moderna, com o objetivo de colocar em destaque a constituição do imaginário da sociabilidade urbana. Em seguida, vamos ver como os indivíduos comuns, que freqüentam as ruas cotidianamente, vivem e criam resistências aos processos de industrialização da cultura a partir de instrumentos próprios que um dia supostamente estariam aniquilando a cultura popular. Apresentaremos a ONG Meninas e Mulheres do Morro, entidade organizada por líderes comunitárias da Comunidade da Candelária, favela da Mangueira, no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE

- cultura e comunidade
- agentes comunicacionais
- cidade

ABSTRACT

In this article we will reflect on the dimension of popular in the modern culture, with the objective of highlighting the constitution of the imaginary of the urban sociability. In addition, we will see how the common individuals, who walk on the streets daily, live and create resistance to the process of industrialization of the culture from own instruments that one day supposedly would be destroying the popular culture. We'll be presenting the NGO Meninas e Meninos do Morro, organized by community leaders from Comunidade da Candelária, favela da Mangueira, Rio de Janeiro.

KEY WORDS

- culture and community
- communicational agents
- city

João Maia

UERJ

Ana Lattanzi

UERJ

As ruas das cidades contemporâneas, permanentemente recheadas dos mais variados personagens, ganham efervescência e dinâmica próprias quando são ornamentadas por diversos signos culturais produzidos pelos homens comuns. Nas paisagens urbanas são as grandes lojas, as calçadas cravejadas de camelôs, os grafittes, as favelas em crescimento barulhento, os condomínios fechados e encarcerados em seus muros, os anúncios luminosos e outdoors coloridos, bem como a profusão de transeuntes que dão movimento aos espaços citadinos. Aí, no cotidiano banal das ruas, concentra-se a polifonia que desenha o perfil multifacetado e plural das grandes metrópoles contemporâneas. A partir do intenso fluxo comunicacional a sociabilidade urbana produz uma nova ambiência na constituição de sua trama cotidiana. Com a ampliação da participação do homem comum na produção de materiais da cultura vemos surgir novos atores sociais que estão ancorados em territórios de criatividade, promovem a recriação de velhos “projetos de consumo”. A cultura popular se revigora na representação da cidade.

O popular da sociabilidade nas cidades caracteriza-se pelo uso dos instrumentos dos sistemas de produção cultural para a “fabricação escondida”. De maneira astuciosa e matreira apreciamos a produção de alguns elementos que descrevem novas “maneiras de empregar” os produtos produzidos pelos piratas da cultura, mas de forma ressignificada. No ambiente cultural urbano *ressalta-se* o elemento popular que, durante longo período foi renegado nas representações da identidade múltipla e fragmentada do carioca. São os produtores populares da cultura que se reapropriam dos *mecanismos* de produção cultural das racionalidades, operando uma bricolage (Certeau, 2004, p. 41).

São homens comuns que se apropriam de matérias produzidas nos grandes espaços de produção oficial de cultura e as transformam para usos e consumos na vida comunitária. Tornam-se agentes comunicacionais quando transformam a “ambiência cultural”. São produtores de cultura na medida em que seus materiais passam a compor a representação múltipla e fragmentada da cidade. Suas “maneiras de fazer” são expostas e consumidas além dos limites espaciais de origem de produção. Esses agentes comunicacionais, representantes do popular, antes tidos como consumidores ou receptores passivos e até certo ponto limitados por diversas questões culturais, mostram-se como produtores capazes de interferir em esferas sócio-culturais distantes ou diversas. Formas de resistência à industrialização da cultura circulam abertamente pela cidade. São os intitulados “agentes comunicacionais”, com suas formas de produzir ma-

térias que estão, inegavelmente, cada dia mais presentes no nosso cotidiano, que impregnam nossas formas de apreciar o mundo comunicacional na metrópole.

A idéia de comunidade remete a um lugar familiar, conhecido, de aconchego e que é dotado de sentimentos e afetividades que ultrapassam o simples fato de se morar ali.

Assim, a diversidade de experiências encontradas na cidade possibilita a negociação de materiais culturais que circulam pelo todo social e também estabelece sociabilidades originais. Vemos surgir uma re-configuração da cidade a partir do trabalho desenvolvido pela ONG Meninas e Mulheres do Morro, na sublocalidade da Candelária, na favela da Mangueira, no Rio de Janeiro. Duas mulheres, líderes na comunidade, nascidas e criadas no morro promovem o diálogo que transporta as práticas do interior da comunidade para a efervescência da cidade, como um todo fragmentado. Com os projetos de customização de roupas elas adicionam um olhar comunitário no processo da sociabilidade carioca.

Agentes comunicacionais e território de criatividade

Vislumbramos vários elementos da cultura industrializada ressignificados e materializados por uma ONG, a Meninas e Mulheres do Morro, que atua na Comunidade da Candelária, na favela da Mangueira. Criada a partir de uma inquietação, de uma preocupação com a reciclagem de roupas, as líderes comunitárias criaram um programa social. Foram até uma grande loja de roupas e apresentaram um projeto dentro de um edital para responsabilidade social e ganharam apoio. Recebem roupas novas, algumas com defeitos, outras talvez fora de uma linha ideal para a temporada, fora de moda, fora da estação. Porém, na favela essas roupas ganham novos significados, são ressignificadas, realinhadas, reelaboradas e retrabalhadas. Caixas e caixas com diversos tipos de roupas são recortadas, bordadas, pintadas, costuradas, desmanchadas e ganham uma nova dimensão. A dimensão do cotidiano. As roupas se tornam exclusivas. Agora esse material reciclado, ou melhor, customizado, é vendido em feira considerada hype na zona sul carioca. O cerzir do morro costura novas sociabilidades. Podemos agora usar e abusar de um design que foi elaborado a partir do desenho da favela. A exuberância da mulher do morro está no asfalto. Os corpos bem desenhados pela moralidade moderna e severa estão

mais alongados, relaxados, coloridos com toda a exuberância da mulher que circula entre o morro e o asfalto. A partir das agentes comunicacionais a cidade assim incorpora o morro em sua fragmentação. A representação de cidade não pode mais ignorar uma grande parcela da população. Estamos nos tornando todos favelados, moldados por novas maneiras de se estar no mundo.

Este trabalho comunitário e circunscrito em um território delimitado, Candelária, está inteiramente voltado para a valorização da posição das mulheres do morro e da cidade, de maneira ampliada. Seria, a princípio, um trabalho para assegurar a auto-estima da mulher que circula de maneira exuberante pela cidade e pelas ruelas e becos no morro. As meninas do morro possuem uma exuberância na maneira de vestir que poderia assustar, ou mesmo causar estranhamento aos homens mais conservadores. Elas usam e abusam de sutiens ousados, tops coloridos, saias curtíssimas, shorts apertados e minúsculos. A questão se concentra em como fazer com que essas adolescentes andassem na cidade e não precisassem esconder a exuberância, não se oprimissem por uma moralidade forjada por uma parcela conservadora da cidade. Poderiam criar roupas a partir do imaginário da favela: coloridas, vibrantes, luminosas e espalhar essa sensibilidade na cidade. Elas estão aos poucos contaminando a maneira de estar no mundo: um “estilo de vida” se coloca na cidade a partir da mulher do morro.

O mundo da comunicação e cultura

A partir da perspectiva da História oficial, ao representar apenas uma pequena fração da população, a cultura de massa seria tecida como uma antagonista da cultura popular, expressando uma luta de forças simbólicas e contínua entre os opressores e os oprimidos. Os discursos dos intelectuais que reclamavam insistentemente do esvaziamento da dita cultura popular, de seu esfacelamento e de sua destruição nasceram dentro das universidades. Entretanto, do outro lado da história, nas ruas e nas favelas, circulando pela cidade, os elementos das múltiplas culturas urbanas não pararam de se misturar (Chartier, 1995). A história em migalhas (Dosse, 2003), miúda, hoje pode vislumbrar o que se construiu como representação de sociabilidade, a partir do cotidiano banal de todo mundo. Não se espera mais, apenas, a compreensão dos fatos a partir dos grandes discursos legitimadores da “história oficial”. Essa discussão em torno das misturas ou das homogeneidades culturais que se elaborou ao longo dos tempos, portanto, não é uma questão recente, da contemporaneidade.

O termo diglossia social, inspirado pela lingüística, é utilizado por Renato Ortiz (2000) a fim de apontar a incorporação de elementos que pertencem a uma cultura localizada a outros pertencentes de uma cultura industrial, que se difunde rapidamente pelo mundo: esta mistura poderia liberar o indivíduo de suas

referências de “origem social”, mas o reagruparia em “estilos de vida”.

O lugar, portanto, evoca àqueles que dele congregam sensações de segurança, de pertencimento, de comunidade.

É interessante observar como Ortiz se coloca diante do processo de oposição entre cultura erudita versus cultura popular que se construiu socialmente na modernidade e que hoje se dilui na visão ainda dualística de mundo guiado pelos “estilos de vida”. Atualmente, repartiríamos o mundo entre “os que saem muito” versus “os que permanecem em casa”. Esse pensamento se aproxima do construído por Zygmunt Bauman (1999), no qual os atores sociais se dividem entre os partidos dos “vagabundos” e o partido dos “turistas”, num jogo sem opções. Os primeiros, os que constituem o partido dos vagabundos, viveriam das “migalhas” deixadas pelos turistas nos lugares por onde circulam. Alguns indivíduos “afortunados” detêm o poder de mobilidade, enquanto os outros se ancoram e apenas sobrevivem de restos. A imagem bipartida do mundo contemporâneo aos olhos dos europeus não reflete a riqueza das interações sociais que se experimentam na efervescência das ruas da cidade carioca. No Rio de Janeiro, nos mais variados espaços agitados por encontros entre os mais variados tipos, os nossos adoráveis vagabundos criam de maneira partilhada histórias miúdas que enfeitam, problematizam e atravessam o nosso cotidiano (Maia, 2005).

O que nos interessa aqui é ressaltar que existe no encontro banal cotidiano, na interação social localizada, na convivência cotidiana e na ocupação partilhada pelo povo, um dado de resistência à velocidade do tempo que passa. É uma resistência que se ancora nas expressões das histórias de solidariedade, de hábitos e de tradições, de movimentos e de fluxos comunicativos, que ampliam as participações comunitárias nos espaços localizados.

É no espaço de ancoragem popular onde localizamos o exercício do que Milton Santos (2004) nomeia de racionalidades paralelas.¹ É no espaço cotidiano e construído na horizontalidade onde se operam as negociações e os jogos de forças que resistem às imposições dos processos homogeneizantes gerados nos espaços verticais. Nestes espaços verticais estão presentes as empresas com seus grandes negócios, o mundo do direito, os homens que supostamente seriam poderosos e os gerenciamentos objetivos do tempo da produção. O exercício da contra-racionalidade serve para resistir aos processos “globalitários”, mesmo aqueles oriundos de países que se consideravam centrais durante a modernidade.

A dimensão comunitária da sociabilidade popular considera diversos recursos de saber para gerar o conhecimento sobre a cidade. Esta sociabilidade que pratica a contra-racionalidade não dispensa os elementos da alta tecnologia que foram criados pelas grandes empresas que freqüentam o espaço da verticalidade. É por causa dessa sociabilidade popular e criativa que podemos ter acesso ao universo de informações em fluxos acelerados. As novas articulações de poderes descentralizam saberes que há até bem pouco tempo legitimavam o conhecimento que se tinha sobre a formação da sociabilidade comunitária popular. No espaço cotidiano, na horizontalidade contraracional permissiva, algumas noções consideradas no mundo acadêmico como “clássicas” deverão ser redimensionadas. As interações que fortalecem a coesão social contemporânea se solidificam na ancoragem de determinados atores sociais considerados, até bem pouco tempo, inexpressíveis para falar sobre a cultura na cidade moderna.

Lugar como mediação de cultura comunitária

“Por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira (...), não investem neles os mesmos sentimentos e a mesma afetividade?” (Paul Claval)

O questionamento do geógrafo francês Paul Claval sobre a percepção dos indivíduos sobre os “quinhões de terra” que se apropriam e dos quais fazem uso leva-nos a refletir sobre a importância do espaço vivido. Como sugere o autor, a relação que se estabelece entre o sujeito e o espaço vivido exala múltiplos significados que se definem a partir de um “investimento” de afetividades - aqui reconhecendo que pode ser o da aproximação carregada de empatia, ou o da aversão motivada por sentimentos rancorosos, seguidos pela emergência do distanciamento. São diálogos travados nas espacialidades que compõem e recompõem as ligações dos sujeitos e suas afetividades, que moldam os espaços e que estabelecem significados e tecem as experiências das coletividades.

A utilização da noção de lugar a partir da Geografia Cultural preenche uma lacuna das Ciências Sociais no que tange à relação dos indivíduos com os espaços frequentados, a fim de localizar espacialmente as práticas culturais de determinado grupo social. Nesses termos, o reconhecimento das identidades dos lugares tem um papel imprescindível para a apreensão das especificidades dessas práticas. Por outro lado, a Geografia Cultural nos interessa por se ocupar de uma específica abordagem, que focaliza a “análise dos significados que os diversos grupos sociais atribuem, em seu processo de existência, aos objetos e ações em suas espaço-temporalidades” (Correa, 2003, p. 175). A Geografia Cultural se estabelece como ponte teórica, a fim de se ampliar as possibilidades de se refletir sobre as práticas sociais cotidianas da coletividade em franca relação com o espaço praticado.

O interesse na investigação e, conseqüentemente, a busca do enquadramento conceitual pela Geografia que pudesse dar conta dos elementos estruturantes observados nos dados levantados, ocorreu no primeiro contato com os moradores da comunidade da Candelária, em resposta à pergunta feita a um morador local: “a gente tem tudo aqui!”.² Logo nos ficou evidenciada a relevância do lugar, no caso específico, a comunidade da Candelária, para os moradores da localidade. Compreendemos, assim, que o lugar exerce uma influência nas identidades culturais e sociais, a partir da constatação que este “participa” inteiramente da vida dos moradores da comunidade.

Outro dado relevante é que, a partir do imaginário dos moradores, observamos que a idéia de comunidade remete a um lugar familiar, conhecido, de aconchego e que é dotado de sentimentos e afetividades que ultrapassam o simples fato de se morar ali. A comunidade da Candelária se impõe como espaço concreto de atividades sociais, onde as relações de parentesco, de vizinhança e principalmente as redes de solidariedade resultantes das relações de “proxemia”, parecem moldar as identidades e, em certa medida, estão a ela estreitamente ligadas.

Revisitando o conceito cunhado por Tönnies, observamos uma aproximação com a representação de comunidade ocupada no imaginário dos moradores do lugar. As relações sociais estabelecidas pelos moradores, pelas suas famílias e pelos seus vizinhos remetem à descrição elaborada pelo sociólogo ao formular o conceito de comunidade, estruturada a partir do “hábito de viver em conjunto, pela lembrança das alegrias ocorridas” (1973, p. 99).

O lugar impetra uma energia ou, nas palavras de Santos, uma força identitária de preservação que se renova.

Guardamos as devidas medidas cautelares exigidas pela aplicação do conceito na contemporaneidade, até porque o autor nos aponta para uma mudança, aos moldes evolucionistas, quando faz alusão à transformação das relações entre os sujeitos, as quais são estabelecidas a partir de contratos sociais, que se desenvolvem na sociedade. Embora reconheçamos a pontualidade da aplicação do conceito de comunidade em Tönnies, ao confrontarmos com a idéia de lugar proposto por teóricos da Geografia Cultural, vislumbramos uma aproximação conceitual dos dois termos. Ambos os termos citados se definem como cenários de práticas concernentes aos elos entre os indivíduos e os espaços ocupados, onde são tecidos

pela experiência comum, pela sensação de pertencimento e de afetividade, com variações de intensidade, de expressões na paisagem do lugar e de suas sutilezas significativas. Em todos os seus aspectos definidores, a palavra comunidade é utilizada pelos moradores de determinadas localidades, justamente por representarem essas sensações de pertencimento e de envolvimento afetivos com o lugar vivido.

Yu-Fu Tuan (1983, p. 6) afirma que o lugar é formado por esferas variadas de valor, e só pode ser totalmente apreendido por meio das experiências vividas no local; experiência estas que englobam as relações íntimas, próprias de quem reside no espaço (insider). Portanto, a expectativa de pertencimento se daria em confronto com as experiências vividas no cotidiano, atribuindo carga emotiva e dotadas de valor, carregadas de memória que se relacionam ao lugar de viver. Essas sensações são suficientemente motivadoras para nomear os lugares de pertencimento de comunidade.

A definição de Tuan não fica distante do conceito proposto por Tönnies para a categoria comunidade. Em entrevista realizada na Candelária com uma das moradoras mais idosas do lugar, constatamos que seu envolvimento afetivo perpassa ao apego à propriedade. Não estava restrita à experiência de se ter uma casa, de ter que morar em algum lugar, ainda que não por escolha, apenas pelas restrições financeiras ou de deslocamento. Toda a cenografia ao redor de Dona Cândida compunha uma paisagem acolhedora, repleta de histórias moldadas na coletividade, que, de certa forma, também moldaram a paisagem da comunidade. Para dezenas de crianças que corriam ao seu redor, dona Cândida³ apontava e dizia: “eu amamentei o pai dele; tá vendo aquela ali? Eu fui mãe de leite da mãe dela!”.

Podemos depreender, a partir das expressões de dona Cândida, que o conceito de lugar proposto pela Geografia Cultural está relacionado às sutilezas, aos valores, aos sentidos e às experiências íntimas dos moradores travadas no cotidiano: é, portanto, um repositório de memória construída pelos sentidos e pela subjetividade dos moradores. Um repertório elaborado no cotidiano dos acontecimentos em coletividade, que, em certa medida, tecem as experiências e constroem o lugar de viver.

Por outro lado, dando ênfase às experiências vividas, o que dá ao lugar sua especificidade é o fato de que ele é moldado a partir de relações sociais que se interpõem num locus particular. Lugares seriam, portanto, pontos de encontro de redes de relações sociais, de trocas simbólicas (linguagens, significados, toponímia e territorialização) e de comunicação. O que valeria dizer que o lugar, assim como a comunidade “baseia-se num conhecimento íntimo uns dos outros, na medida em que ^{ela} é condicionada por uma participação direta de um ser na vida dos outros pela inclinação de partilhar suas alegrias e sofrimentos; ela exige essa participação ou essa inclinação” (Tönnies, 1973, pp. 102-103). O lugar é a espacialização concre-

ta das práticas sociais específicas, cotidianas, que moldam as identidades e que permite estabelecer sentido à existência. Lembramos de Sartre quando propõe um dos parâmetros para a existência humana: “não me é possível não ter um lugar”.⁴

O lugar, portanto, evoca àqueles que dele congregam sensações de segurança, de pertencimento, de comunidade. A atmosfera dominada pelo cotidiano do lugar permite a construção simbólica que, tecida pelas relações sociais realizadas no plano do vivido, constroem uma rede de significados e dão sentido à realidade dos moradores da comunidade. Ao servir de mediação da “partilha da paixão” (Maffesoli, 2006, p 86), um lugar se distingue dos outros por particularidades simbólicas significativas, que são inventadas e reinventadas pelos frequentadores do lugar. O lugar remete à idéia de uma edificação, cujos alicerces se estruturam nas relações sociais travadas no plano do vivido. Portanto funcionam como pilares de significados, de afetos, de sentido: são pontos de ancoragem da memória. Sons, aromas, paisagens íntimas, momentos de comunhão são evocados e criam a atmosfera que aflora o sentimento de pertença: são o centro de apoio, de referências sociais e culturais, de ação. A partir das experiências cotidianas compartilhadas no espaço, os indivíduos criam símbolos e significados que contribuem para forjar o próprio sentido de lugar. Segundo o geógrafo Milton Santos,

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas também é o teatro insubstituível das paixões humanas, responsável, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (Santos, 2004, p. 322).

A idéia de comunidade em dias contemporâneos, mas que desde Euclides da Cunha⁵ é associada à favela carioca, paira no imaginário dos seus moradores como um lugar de aconchego, um ninho, para se viver e experienciar a existência cotidiana: “morar lá significa uma escolha (...) os seus habitantes são ligados à sua comunidade e não desejam deixá-la (...)” (Valladares, 2005, p 34).

O elo de ligação com o lugar não poderá prescindir, desse modo, da consciência das relações de reciprocidade e de pertencimento ao ambiente que acolhe. A “força do lugar” (Santos, 2004), impõe-se à realidade do grupo social. Os elementos estruturadores da memória que compõem as experiências dos moradores da Candelária provocam a ancoragem no lugar: observamos que, pelo seu caráter identitário e agregador, o lugar é capaz de se antepor ao processo hegemônico engendrado pela globalização. Possibilita aos atores sociais estabelecerem resistência e, segundo Santos (2004), os próprios lugares de viver assumem o papel de “espaços de resistências”. Estes, ao mesmo tempo em que acolhem “vetores da racionalidade do-

minante” transforma-os e ressignifica-os. O lugar se coloca como referente concreto que permite à cultura se materializar. Os lugares são as matrizes de trocas simbólicas que “se multiplicam, diversificam e renovam” (Santos, 2004, p 319).

O cotidiano localmente vivido se impõe como grande força produtora em oposição aos “vetores imediatos” das ações externas. De acordo com Certeau,

diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como ‘consumo’, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos. (2004, p. 94)

A importância do lugar vem do agir simbólico que, a sua “força” está fundamentalmente baseada nas relações de afeto.

Temos então que os lugares, a partir das trocas simbólicas ali realizadas, são mediações entre sistemas de objetos (elementos da ordem hegemônica) e de sistemas de ações (iniciativa dos agentes sociais locais). Santos indica que esses sistemas de ações são possíveis pela contigüidade territorial, ou seja, no lugar, o qual ele denomina de espaço das horizontalidades. Nesses espaços contíguos que são “alvo de freqüentes transformações”, os sistemas de objetos impostos aos seus agentes pelas forças hegemônicas globalizantes seriam recriados a partir das próprias consciências locais.

Os elementos estruturantes dos espaços das horizontalidades (diríamos elementos que são recriados pela força do lugar) entrariam em “negociação” com os elementos pelas forças dominantes, promovendo resistência às ações vividas: “é assim que se defrontam a Lei do mundo e a Lei do Lugar” (2004, p. 334).

Portanto, é por intermédio das formas simbólicas que o lugar é capaz de expressar-se, de promover a resistência que é necessária para a garantia das formas de existir. O lugar impetra uma energia ou, nas palavras de Santos, uma força identitária de preservação que se renova, obviamente, porém que permite guardar a memória, a tradição, as especificidades da comunidade e que dá sentido para viver.

Enfim, existe um agir simbólico, que longe de ser

regulado por cálculo ou por técnica, é compreendido por formas afetivas, emotivas, rituais, que são constantemente determinadas por tramas reais de significação e de representação. De acordo com Santos, o cotidiano dos grupos sociais opera baseado em três eixos: o agir técnico, o agir formal e o agir simbólico (2004, p 82). Nos dois primeiros eixos, são formas de agir impostas pela racionalidade, porém, o último eixo, o agir simbólico se orienta pelas formas culturais de ressignificação técnica. A importância do lugar vem do agir simbólico que, a sua “força” está fundamentalmente baseada nas relações de afeto, emoção, que temperam a existência do indivíduo diante das forças totalizadoras hegemônicas. Segundo Sodré (1988, p 19) “a relação espacial, inapreensível pelas estruturas clássicas de ação e de representação, é inteligível como um princípio de coexistência da diversidade”. A conjugação desses eixos é que possibilitam o diálogo com o mundo exterior e a preservação das idiosincrasias da comunidade. ■ FAMECOS

NOTAS

- 1 Segundo o autor, seriam ações significativas que se operariam nos locais vividos pelos agentes sociais. cf SANTOS, 2004.
- 2 Pergunta elaborada: “se você tivesse oportunidade de acrescentar algo – serviços públicos e/ou privados – na comunidade, o que você colocaria?”. Entrevista realizada com o Presidente da Associação de Moradores da Favela do Metrô, em julho de 2004.
- 3 Uma das moradoras mais antigas do lugar. Ela é a 2ª geração da sua família que já tem membros da 4ª geração constituindo família na comunidade da Candelária.
- 4 Sartre, Jean-Paul. O ser e o nada, 1956.
- 5 Em Os sertões, publicado em 1902, o autor já apontava para as experiências do viver junto em Canudos e as associava ao viver em comunidade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, ZYGMUNT. Globalização. As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CANEVACCI, MASSIMO. Culturas eXtremas. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro DP&A Editora, 2005.

CERTEAU, MICHEL DE A invenção do cotidiano. Artes de fazer. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHARTIER, ROGER. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, nr 16. Rio de Janeiro: s.e., 1995, v. 8.

CORREA, ROBERTO LOBATO. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 2002.

DOSSE, FRANÇOIS. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. Bauru, SP: EDUSC, 2003

MAIA, João Luis de Araújo. Comunicação e Comunidade: novas perspectivas das sociabilidades urbanas. In, FREITAS, RICARDO FERREIRA, NACIF, RAFAEL (Org.). Destinos da Cidade. Comunicação, Arte e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005 . Pps 31 – 45.

———. Os agentes comunicacionais da Mangueira: fluxos e movimentos culturais. In, COGO, DENISE e MAIA, JOÃO. (Org.). Comunicação para a cidadania. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. Pps 115 - 126.

MAFFESOLI, MICHEL. O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

ORTIZ, RENATO. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 2000

SANTOS, MILTON. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2004.

SODRÉ, MUNIZ . O terreiro e a cidade. Petrópolis: Vozes, 1988 .

TÖNNIES, FERDINAND. Comunidade e Sociedade com entidades típico-ideais. In, FERNANDES, FLORESTAN. (Org.). Comunidade e Sociedade. São Paulo: Edusp, 1973.

TUAN, YI-FU. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983

VALLADARES, LÍCIA DO PRADO. A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005 .